DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE COLINA - SP

Conforme Lei Municipal nº 3.620, de 28 de setembro de 2021

www.colina.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/colina

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Leis 2
Conselhos Municipais 5
Conselho Municipal de Turismo 5

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Colina, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Colina poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.colina.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/colina
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Colina
CNPJ 45.291.234/0001-73
Rua Antonio Paulo de Miranda, 466
Telefone: (17) 3341-9444
Site: www.colina.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/colina

Câmara Municipal de Colina
CNPJ 01.697.757/0001-49
Rua Salvador Campagnon, nº 36, Centro
Telefone: (17) 3341-1071
Email: contato@camaracolina.sp.gov.br

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Colina
CNPJ 49.148.802/0001-32
Rua 13 de Maio, nº 351 – Centro
Telefone:(17) 3341-9525

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 3.718, DE 06 DE JULHO DE 2.022.

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIAB TAHA, Prefeito Municipal da Comarca de Colina, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal da Comarca de Colina, Estado de São Paulo, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.835.897,92 (três milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo descrito:

02 – Poder Executivo
09 – Secretaria Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0005 – Saúde
10.301.0005 2.042 – Manutenção da Atenção Básica
1 – Tesouro
33.90.30- Material de Consumo.....R$ 400.000,00
33.90.36- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 100.000,00
33.90.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 500.000,00
==========
TOTAL.....R$ 1.000.000,00
02 – Poder Executivo
09 – Secretaria Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0005 – Saúde
10.301.0005 2.043 – Manutenção da Media e Alta Complexidade
1 – Tesouro
33.50.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 600.000,00
33.90.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 435.897,92
==========
TOTAL.....R$ 1.035.897,92
02 – Poder Executivo
13 – Encargos Gerais do Município
01 – Rec. S/Supervisão do Depto de Finanças
28.843.0000 – Encargos Especiais
28.843.0000 0.003 – Despesas com Sentenças Judiciais
1 – Tesouro
31.90.91- Sentenças Judiciais.....R$ 1.800.000,00
==========
TOTAL.....R$ 1.800.000,00

Art. 2º - Para atender a abertura de crédito prevista no artigo anterior, no valor de R$ 3.835.897,92 (três milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 4º, III, da Lei Municipal nº 3.652, de 14 de dezembro de 2.021.

Art. 3º - Fica incluído na Lei Municipal nº 3.589 de 30 de junho de 2021, do Plano Plurianual e na Lei Municipal nº. 3.590 de 30 de junho de 2.021 das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Colina, 06 de Julho de 2022.

DIAB TAHA
Prefeito do Município de Colina

Registrada na Secretaria competente e publicada por afixação no quadro de avisos desta Municipalidade.

RUBENS PEREIRA DA SILVA JUNIOR
Secretário Municipal de Governo

.....

LEI N.º 3.720, 14 DE JULHO DE 2022.

Estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2023 e dá outras providências.

DIAB TAHA, Prefeito Municipal da Comarca de Colina, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal da Comarca de Colina, Estado de São Paulo, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º - Nos termos da Constituição Federal, artigo 165, § 2.º, Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2023, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município.

Art. 2.º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II - implantar programa de gestão dos recursos da educação garantindo melhoria da qualidade dos serviços da rede municipal de educação básica;

III - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;

IV - reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;

V - assistência à criança e ao adolescente, ao idoso e às pessoas com deficiência;

VI - melhoria da infraestrutura urbana; e

VII - garantia de acesso aos serviços de saúde a todo cidadão através de um atendimento mais eficiente com respeito e qualidade.

CAPÍTULO II
METAS E PRIORIDADES

Art. 3.º - As metas-fim da Administração Pública Municipal para o exercício de 2023 estão estabelecidas por programas constantes do Plano Plurianual relativo ao período 2022/2025 e especificadas nos Anexos I, V e VI, que integram esta Lei.

Capítulo III
DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS

Art. 4.º - As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2023 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

I - Demonstrativo 1 - Metas Anuais;

II - Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias e Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;

VII - Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

VIII - Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único. Os Demonstrativos de que tratam os incisos I e III deste artigo, serão expressas em valores correntes e constantes, sendo que no caso de mudanças no cenário macroeconômico ou ainda mudanças relevantes decorrentes de convênios assinados, seus valores poderão ser alterados através da edição de Projeto de Lei ou Decreto do Executivo.

Art. 5.º - Integra esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Capítulo IV
DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023

Art. 6.º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2023, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2022/2025.

Art. 7.º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos, se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas ainda as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Entende-se por adequadamente atendidos, os projetos cuja execução física esteja em conformidade com o cronograma físico-financeiro pactuados em vigência.

Art. 8.º - Para fins do disposto no artigo 16, § 3.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos processos de despesas de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos processos de despesas de execução de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 9.º - Em atendimento ao disposto no artigo 4.º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, os custos dos programas finalísticos financiados pelo orçamento municipal deverão ser apurados mediante liquidação da despesa.

§ 1.º - As despesas serão apropriadas de acordo com a efetiva destinação dos gastos, baseados em critérios de rateio de custos dos programas.

§ 2.º - A avaliação dos resultados far-se-á a partir da apuração dos custos e das informações físicas referentes às metas fiscais estabelecidas na LDO.

§ 3.º - Para os efeitos deste artigo, considera-se programa finalístico aquele cujo objetivo estratégico é o de proporcionar a incorporação de um bem ou serviço para atendimento direto das demandas da sociedade.

Art. 10 - Quando da execução de programas de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizadas em lei municipal e seja termos de parceria nas modalidades fomento ou colaboração, ou ainda outros ajustes ou congêneres na forma definida pela legislação vigente, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

Art. 11 - As transferências financeiras entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõem a Lei Orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras, leis específicas ou regras determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, não se aplicando o disposto no artigo anterior.

Art. 12 - Na forma do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, o Executivo estabelecerá, até 30 dias após a publicação do orçamento, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1.º - Também integrarão a programação financeira e o cronograma de desembolso:

I - transferências financeiras a conceder para outras

entidades integrantes do orçamento municipal, inclusive ao regime próprio de previdência;

II - eventual estoque de restos a pagar de exercícios anteriores; e

III - saldo financeiro do exercício anterior.

§ 2.º - O cronograma de que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias e de caráter continuado do Município em relação às despesas de caráter discricionárias e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 3.º - As transferências financeiras ao Poder Legislativo serão realizadas de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal, respeitando o limite máximo estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

Art. 13 - A reserva de contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, excluindo conforme o caso a entidade de Previdência municipal, equivalerá a no máximo 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2023, e será destinada a:

I - cobertura de créditos adicionais; e

II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 14 - Na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá e publicará metas bimestrais para a realização das receitas estimadas, inclusive as receitas próprias dos órgãos da Administração Indireta.

§ 1.º - Na hipótese de ser constatado ao final de cada bimestre frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção das metas de resultados nominal e primário,os Chefes dos Poderes Executivo e o Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

§ 2.º - Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, deverão ser adotados critérios que produzam o menor impacto possível nos programas e ações de caráter finalístico da administração, especialmente nas áreas voltadas à educação, saúde e assistência social.

§ 3.º - Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas vinculadas a finalidades específicas, bem como aquelas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais e folha de pagamento de servidores municipais.

§ 4.º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajustes ou congêneres e haja recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

Art. 16 - Nos termos do § 8.º do artigo 165 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo, no transcorrer da execução orçamentária, autorizado a abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez) por cento do orçamento geral do município de Colina para o exercício de 2023.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 167, inciso VI da Constituição Federal, a realizar na execução orçamentária do exercício de 2023, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para a outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, até o limite máximo de 10 % (dez por cento) do total da despesa inicialmente fixada".

Art. 18 - O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de forma consolidada, em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o artigo 165, §§ 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, da Constituição Federal, com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e atualizações posteriores.

§ 1.º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal; e

II - o orçamento da seguridade social.

§ 2.º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupos de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesa e fontes de recursos.

Art. 19 - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2023 e a remeterá ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do Projeto de Lei Orçamentária àquele Poder.

Parágrafo único. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo determinado no "caput" deste artigo, sua proposta orçamentária consolidada, os estudos e estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, na forma prevista no artigo 12, § 3.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 20 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1.º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20, 21 e 22, parágrafo único, todos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de

2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, ficando autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1.º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do "caput" deste artigo;

III - observância da legislação vigente no caso do inciso II do "caput" deste artigo; e

IV - estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata do inciso I do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2.º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos artigo 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 21 - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a manutenção de despesas variáveis da folha de pagamento somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por Decreto do Chefe do Executivo.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22 - Todo projeto de lei enviado pelo Executivo versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município; que não afetará as metas de resultado nominal e primário, bem como as ações de caráter social, especialmente a educação, saúde e assistência social.

Art. 23 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público;

III - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário; e

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

Art. 24 - Se a Lei Orçamentária não for promulgada até o último dia do exercício de 2022, fica autorizada a realização das despesas até o limite mensal de um doze avos de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

Parágrafo único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colina, 14 de julho de 2.022.

DIAB TAHA

Prefeito do Município de Colina

Registrada na Secretaria competente e publicada por afixação no quadro de avisos desta Municipalidade.

RUBENS PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Secretário Municipal de Governo

.....

Conselhos Municipais

Conselho Municipal de Turismo

ATA 02/2022- Reunião do COMTUR- Conselho Municipal de Turismo de Colina

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito à rua sete de setembro, número seiscentos e seis, Centro, Colina, Estado de São Paulo, reuniram se os membros do COMTUR, representantes da sociedade civil e representantes de entidades conforme lista de presença em anexo. O presidente senhor Gilberto Gonçalves iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos, informou que alguns membros justificaram a ausência, mas vão participar do conselho. Em seguida apresentou a seguinte pauta: eleição da nova diretoria biênio 2022-2024. Usando a palavra fez uma retrospectiva das realizações da gestão anterior, como por exemplo, o Plano Diretor do Turismo, fez a leitura da portaria de Eleição da Diretoria anterior. Procedeu a leitura da lei de criação do COMTUR e explicou sobre cada segmento que compõe o mesmo e a sua vigência até 2021, mas em virtude da Pandemia o mesmo permaneceu vigente até a presente data de acordo com a lei. A seguir apresentou os quadros das ações das cadeias produtivas do turismo conforme o Plano Diretor de 2021 a serem implementadas no decorrer dos anos. Gilberto falou também da participação de Colina no Evento Conexidades realizado na cidade de Guarujá SP com um Stand do município expondo alguns produtos e artesanatos e a previsão da participação de Colina no Salão de Turismo

em agosto/22. Gilberto elencou algumas ações que estão sendo realizadas voltadas ao turismo, melhorias de remodelação no museu municipal, melhorias no Parque Débora Paro, conciliação da feira livre com apresentações de artistas locais aos sábados, salientou que a iniciativa privada é que irá promover o turismo que só o poder público não consegue suprir todas as áreas, mas se beneficia através da movimentação de turistas na cidade. Falou sobre a instalação da Associação dos Amigos da Estação próximo ao museu. A seguir solicitou alguns dados pessoais dos membros, tais como nome, RG, CPF, solicitou também ao Arquiteto Aigon Afonso a indicação de um arquiteto para a suplência nesse segmento. Logo em seguida abriu espaço para quem quisesse se candidatar ao cargo de presidente, como não houve interessados, Gilberto se colocou, uma vez mais, à disposição sendo eleito por unanimidade. Nesse momento convidou as conselheiras Maria Olivia Ali Paro e Jane Antonia Carvalho Vieira para continuarem ocupando os cargos de Secretária Executiva e Secretaria Adjunta, sendo aceito o convite por ambas. Assim sendo, o Comtur – Conselho Municipal de Turismo gestão 2022-2024 ficou assim constituído: **Representantes do Turismo:** Marco Aurélio de Oliveira Falcão, RG 18.779.103, Titular; Ricardo Alves Lira, RG 28.367.974-8, Suplente. **Representantes da Cultura:** Elisabete Milani Neme, RG 16.375.970-4, Titular; Luiz Gustavo Simionato Tomaz Ferreira, RG 45.758.282-0, Suplente. **Representantes da Educação:** Maria Olivia Alli Paro, RG 14.214.413-7, Titular; Jane Antonia Carvalho Vieira, RG 21.243.867, Suplente. **Representantes do Meio Ambiente:** Patrique dos Santos Candiani Brandt, RG. 41.281.200-9, Titular; Julio Cesar Fachini Colete, RG 18.195.888, Suplente. **Representantes da Câmara Municipal:** Marco Aurelio Moralles, RG 16.375.971-6, Titular; Evonei Fernandes, RG 20.882.911, Suplente. Para representar a Sociedade Civil foram indicados os seguintes membros: **Representantes dos Meios de Hospedagem:** Miralda de Paula Galdiano Bach, RG: 6.581.096, Titular; Marcelo Emerson da Silva, RG: 19.583.856-7, Suplente. **Representantes dos Restaurantes e Bares:** José Luiz Bazilio, RG: 6.856.954, Titular; Alia Ramadan, RG: 23.151.400-1, Suplente. **Representantes dos Produtores de Eventos:** Gilberto Gonçalves, RG 28.075.820-0, Titular; André Luiz Michilini, RG 17.555.813-9, Suplente. **Representantes dos Guias de Turismo:** Silvia Regina Cavalini Palmieri Elliott, RG: 12.515.804-X, Titular; Daniel Pequeno da Silva, RG 19.275.938, Suplente. **Representantes dos Proprietários de Postos de Combustíveis:** Eduardo de Carvalho Ministro, RG: 27.507.949-1, Titular; Adriano Marcos Felici, RG: 29.305.970-6, Suplente. **Representantes dos Artesãos:** Maria Carolina Piai Correa dos Santos, RG: 44.163.313-4, Titular; Rosana Garcia Paro Silva, RG: 11.520.182-8, Suplente. **Representantes dos Urbanistas:** Aigon Afonso, RG: 41.239.598-8, Titular; Isabela Marques, RG: 49.700.461-6, Suplente. **Representantes do Rotary Clube:** Maria Lúcia Petri, RG. nº 9.528.128, Titular; Neide Benedita de Andrade Del Ângelo, RG. nº 17.278.724- 5, Suplente. **Representantes da Imprensa:** João Roberto Felici, RG: 16.376.596-0, Titular; Carlos Aparecido de Oliveira, RG: 47.593.794-X, Suplente. **Representantes dos Clubes e Associações:** Francisco Alberto Ribeiro Cardoso, RG 16.375.967-4, Titular; Renato Teixeira Rodrigues, RG: 49.061.959-9, Suplente. **Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil:** Marcio Antonio Domingues, RG: 15.254.695-9, Titular; Jubal Amarantes Silva, RG: 14.434.949-8, Suplente. Ficou definido que as reuniões do Conselho irão acontecer na última quarta feira de cada mês. Finalizando agradeceu novamente a presença e reiterou a importância da participação de todos os membros nas reuniões para o desenvolvimento das ações ligadas ao turismo. Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a reunião e eu Maria Olivia Alli Paro lavrei a presente ata que depois de aprovada será assinada por mim e pelo Presidente do Conselho.

Gilberto Gonçalves
Presidente
Maria Olivia Alli Paro
Secretária Executiva

.....